

HABEAS CORPUS Nº 527.562 - PR (2019/0242605-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : FELIPPO AUGUSTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : FELIPPO AUGUSTO DE OLIVEIRA - PR074040
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : PAULO ROBERTO FERREIRA NESELLO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. TRANCAMENTO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO VERIFICADA. DECISÃO QUE RECEBE A DENÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE. DESNECESSIDADE. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo de revisão criminal e de recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.

2. O trancamento da ação penal somente é possível, na via estreita do *habeas corpus*, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

3. O argumento defensivo a respeito da impossibilidade de o paciente ter tomado parte nos eventos narrados na inicial por estar preso no dia dos fatos não foi objeto de discussão pelo Tribunal de origem, razão pela qual torna-se inviável qualquer manifestação desta Corte sobre esse tema.

4. O magistrado, ao receber a inicial acusatória, está limitado à constatação da presença dos pressupostos processuais e ao atendimento das condições genéricas de procedibilidade, decidindo pelo prosseguimento do feito quando não vislumbrar hipótese de absolvição sumária ou outra causa impeditiva para o prosseguimento do feito. Como se sabe, o Superior Tribunal de Justiça firmou

Superior Tribunal de Justiça

entendimento no sentido de que a decisão que recebe a denúncia dispensa fundamentação exauriente.

5. Habeas corpus não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator